

Aglomeraciones urbanas e mobilidade populacional: o caso da RM de Campinas

José Marcos Pinto da Cunha¹

Trabajo presentado en el V Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población,
Montevideo, Uruguay, del 23 al 26 de octubre de 2012

¹ Demógrafo, professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) , Departamento de Demografia, e pesquisador do Núcleo de Estudos de População, ambos das Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. zemarcos@nepo.unicamp.br

Resumo:

Esse trabalho busca descrever a complexidade da dinâmica migratória de uma grande aglomeração urbana, complexidade essa que se revela tanto nas diferentes modalidades de movimentos envolvidas, como também e conseqüentemente nas características dos migrantes envolvidos. Baseado em dados de uma pesquisa domiciliar para 2007 que permite analisar a mobilidade espacial da população a partir de distintos recortes espaciais, e em algumas informações derivadas dos Censos Demográficos, esse estudo analisa as características da mobilidade residencial (e dos indivíduos envolvidos) em várias de suas facetas, bem como realiza algumas reflexões sobre seus possíveis impactos e conseqüências na dinâmica socioespacial de uma importante região metropolitana brasileira, a RM de Campinas.

Introdução

O processo de produção, expansão e consolidação das grandes aglomerações urbanas no Brasil tem sido estudado e analisado a partir dos mais diferentes olhares sendo uma delas, obviamente, a dimensão demográfica, em particular, a migratória.

De fato, em função das tendências históricas da população no Brasil, em particular nas últimas 5 décadas, o crescimento e concentração urbanos e a migração poderiam ser considerados como fenômenos intrinsecamente relacionados, mesmo nos dias de hoje quando certas evidências levam alguns autores a apostarem em processos de interiorização que reduziriam a “preferência” das metrópoles no processo migratório.

Na verdade, acreditamos que, embora o fenômeno anterior seja uma realidade e talvez uma das novidades da dinâmica demográfica brasileira nas últimas 3 décadas, deve-se considerar que ainda estamos longe de um real processo de desconcentração desde as grandes aglomerações urbanas, principalmente se se consideram regiões fora do eixo do sudeste do país. Seja como for, o fenômeno metropolitano é ainda um dos mais importantes para se conhecer as características e condicionantes do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

O que este trabalho tenta demonstrar, ainda que num tom muito descritivo é que, independentemente do que esteja ocorrendo com a migração inter-regional e, em especial, a interestadual, a dinâmica migratória de uma grande aglomeração urbana é muito mais complexa em suas características para pretender entendê-la apenas a partir do que ocorre com a migração de origem externa.

Na verdade, além do crescimento vegetativo da população - em geral diferenciado por sub-áreas - que por si só daria significativo “fôlego” para uma distribuição da população (e com ela a modificação da morfologia da área), a migração, ou de maneira mais ampla, a mobilidade residencial, com sua diversidade de situações levaria à necessidade de se pensar mais pausadamente sobre o papel e significado desse fenômeno na constituição e na dinâmica de uma grande cidade ou aglomeração urbana. Além disso, pode-se dizer que a partir das suas características sócio-demográficas é possível refletir sobre os condicionantes desses movimentos migratórios, bem como de seus impactos e consequências.

Assim, baseado em dados de uma pesquisa domiciliar para 2007 que permitem analisar a mobilidade espacial da população a partir de distintos recortes espaciais e em algumas informações derivadas dos Censos Demográficos, esse estudo busca discutir as características da mobilidade residencial (e dos indivíduos envolvidos) em várias de suas

facetas, bem como refletir sobre seus possíveis impactos e consequências na dinâmica socioespacial de uma importante região metropolitana brasileira, a RM de Campinas.

I. Questões técnicas e metodológicas

Embora também considerando dados relativos aos Censos Demográficos, em particular os do Censo 2010 recentemente divulgados, a base da presente análise é a informação proveniente de uma pesquisa domiciliar realizada na RM de Campinas em 1824 domicílios a partir de uma amostra estratificada com base na condição de vulnerabilidade destes, levando em conta, portanto, não apenas as condições socioeconômicas, mas também o acesso a redes de proteção social tanto familiar como pública (Cunha et al, 2006).

As informações sobre migração foram obtidas para todos os indivíduos do domicílio e envolveram lugar de residência prévia, tempo de residência (no município e bairro), além de número de mudanças realizadas. Como estes dados é possível reconstruir com algum detalhe algumas trajetórias envolvendo o processo migratório da RMC desde o momento de chegada à região até o momento de entrevista, com um adicional que se refere às informações sobre a mobilidade intra-municipal.

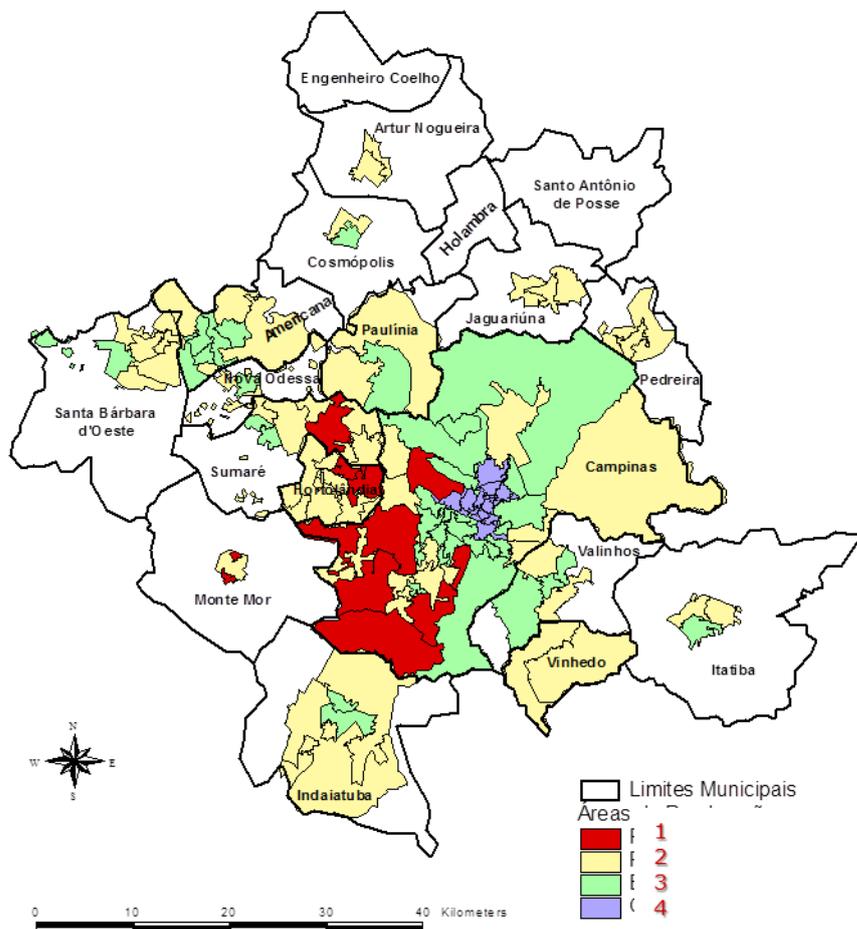
Sendo assim, é possível obter um conjunto de informações sobre a mobilidade não apenas do indivíduo que chega à região, mas também do nativo que se deslocou, por exemplo, no interior do seu próprio município de nascimento. Ou seja, em comparação com os Censos Demográficos - que logicamente não serão negligenciados -, os dados aqui analisados permitem um maior aprofundamento, não apenas das tendências, mas também das características dos movimentos populacionais ocorridos em um metrópole como Campinas.

Visando tal objetivo esse trabalho utiliza pelo menos dois recortes importantes: o primeiro deles pretende expressar a diversidade socioespacial e o segundo as formas de mobilidade identificada na região. Para o primeiro caso, serão utilizadas as chamadas “Zonas de Vulnerabilidade”, cuja construção permitiu operacionalizar o conceito de vulnerabilidade a partir de uma perspectiva ecológica e serviram de elemento de estratificação para a amostra realizada.

Com base em indicadores relativos às condições materiais (capital físico), educação (capital humano) e composição familiar e acesso a benefícios públicos (capital social), foram definidas 4 “Zonas” na RMC que espelham distintos graus de vulnerabilidade à pobreza,

formando um gradiente entre a mais vulnerável, ZV1 e a menos vulnerável ZV4². O Mapa 1 permite observar a localização destas áreas sendo que, como se pode notar, estas não representam um espaço contínuo dentro do território, muito embora existam maiores concentrações de cada uma delas em partes específicas da região, como é o caso da ZV1 na parte Oeste e Sudoeste e a ZV4 no “coração” do município de Campinas.

Mapa 1
Zonas de Vulnerabilidade
RM de Campinas, 2007



Já o segundo recorte foi proposto com base nas diferentes modalidades de migração observadas na região que, a partir da última residência (em nível municipal) dos indivíduos, foram definidas como:

² Para maiores detalhes sobre a construção e interpretação das “Zonas de Vulnerabilidade” veja Cunha et al. (2006) ou Cunha (org), 2009.

- a) Migração externa de outras UFs: no caso do município de residência anterior pertencer a um município fora do Estado de São Paulo;
- b) Migração externa de São Paulo: no caso do município de residência anterior pertencer a um município do Estado de São Paulo, mas fora da RMC;
- c) Migração intrametropolitana: no caso do município de residência anterior pertencer a um dos municípios da RMC. Nesse caso também se dividiu em duas sub-categorias: nativos e não nativos da RMC.
- d) Não-migrantes: todo o indivíduo que nunca se moveu de seu município de nascimento.

A partir dessa classificação básica também serão obtidos outras divisões tendo em vista o tempo de residência no município, ou mesmo a mobilidade intra-municipal, todas informações disponíveis no questionário da pesquisa. Vale lembrar que em função do tamanho da amostra, o tempo de residência somente pôde ser considerado a partir de duas categorias: menos de 10 anos e 10 anos e mais.

Dependendo da análise a ser feita, os dados também serão considerados para toda a população, ou somente para os responsáveis pelos domicílios de maneira a que certas considerações sobre as características dos migrantes não sofram o efeito de seus filhos que, como se sabe, podem se referir a efeitos diretos (filhos também migrantes) e indiretos (filhos que nasceram no lugar de destino). Assim para considerações acerca de questões como motivações das mudanças, modalidades de migração, estratificação social etc. serão utilizadas os dados para os chefes sobre o pressuposto de que este representaria em média o que estaria acontecendo na família (CUNHA e JAKOB, 2011, CUNHA, 2011).

Das características que serão analisadas nesse estudo, algumas delas exigem breves considerações para a sua melhor compreensão:

1. Categorias sócio-ocupacionais: trata-se de uma proposta de estratificação social baseada em estudo realizados por Portes e Hoffman (2003) que combinam dados sobre ocupação, posição na ocupação e setor de atividade para chegarem a uma classificação da população segundo sua posição na estrutura social. Em função do tamanho da amostra, não foi possível utilizar todas as categorias propostas. O agrupamento utilizado buscar separar, por um lado, trabalhadores assalariados e empregadores ou pessoas em situação de direção e, por outros, trabalhadores manuais e não manuais;
2. Idade média do casal: este indicador foi utilizado como uma *proxy* do ciclo de vida familiar, sendo que as categorias utilizadas visam captar os momentos de formação,

consolidação e fragmentação da família. As categorias utilizadas foram “até 34 anos”; “35 a 59” anos; e “60 anos e mais”.

3. Pobreza: o indicador utilizado baseou-se nos cortes de “linha de pobreza” propostos por Rocha (2003). Com base nesse valor proposta para a RM de São Paulo criamos a categoria “pobre” (abaixo da linha) e “não pobre” (acima);
4. Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI): bastante disseminada nos meios acadêmicos (FERES, MANCERO, 2001), essa medida baseia-se em atributos sobre as condições domiciliares e grau de instrução das pessoas. Juntamente com o indicador de pobreza esta variável será utilizada para espelhar as condições de vida da população.

II. A migração na RMC: importância e composição dos fluxos

A dinâmica de formação e expansão da RM de Campinas, área composta por 19 municípios e com cerca de 2,8 milhões de habitantes em 2010, apresenta estreita semelhança com o que se verificou em outras metrópoles do país, ou seja, deu-se em função de taxas expressivas de crescimento populacional, particularmente nas décadas de 70 e 80. Tendo recebido importantes investimentos governamentais, sobretudo a partir dos 70, o crescimento econômico e demográfico de Campinas e de sua região foi vertiginoso levando-a a se configurar como um dos maiores eixos de expansão industrial no interior do estado.

No entanto, deve-se considerar que tal crescimento sofreu significativa redução, sobretudo na década de 2000, muito embora isso não tenha sido suficiente para que a Região deixasse de crescer acima da média estadual (Tabela 1).

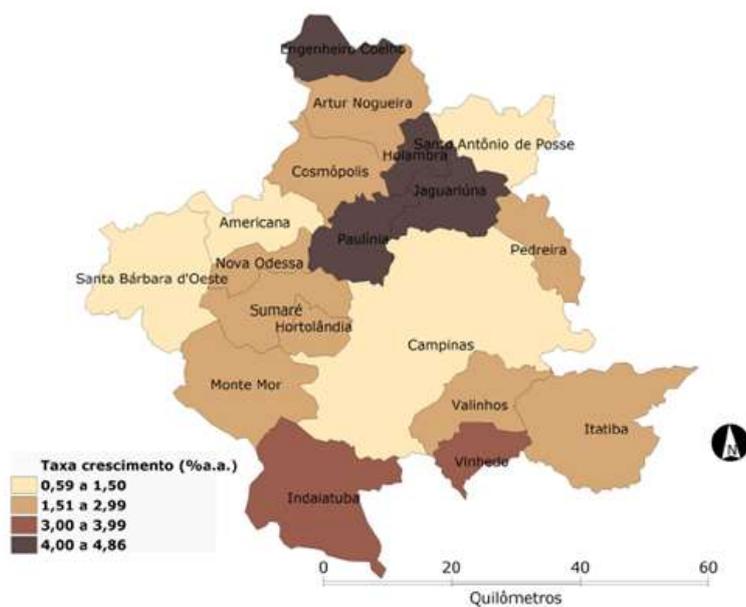
Tabela 1
Taxa de crescimento médio anual
RM de Campinas, 1970-2010

	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Brasil	2,48	1,93	1,63	1,17
Estado de São Paulo	3,49	2,13	1,78	1,09
RM de Campinas	6,49	3,51	2,54	1,81
Município de Campinas	5,86	2,24	1,5	1,09
Demais municípios da RMC	7,22	4,74	3,34	2,29

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010.

Como mostrado em outro estudo (CUNHA et al., 2006a), do ponto de vista espacial, a partir desse processo de crescimento econômico, assiste-se a uma “extensão” da mancha urbana configurada como um clássico processo de periferação, especialmente para a zona oeste e sudoeste da região, assim como, em função da desconcentração das atividades industriais e um crescimento de núcleos urbanos de outros municípios que, em alguns casos, como Americana, acabam por formar suas próprias periferias.

Vale observar que, mesmo frente ao menor crescimento da região na década de 2000, é evidente que a sua expansão territorial e redistribuição espacial da população ainda foi muito expressiva. Como mostra o Mapa 2, nesse período, houve significativo movimento da população em direção à sua porção norte, particularmente para Paulínia e Jaguariúna, e ao Sul, Indaiatuba e Vinhedo, sendo que áreas periféricas tradicionais, como Sumaré e Hortolândia, arrefeceram seu crescimento.



Fonte: Dota, 2011

Ou seja, os anos 2000 ainda mostraram haver grande vitalidade para a expansão metropolitana, mesmo considerando o aumento demográfico regional mais modesto. O que gera curiosidade é a implicação dessas novas tendências sobre o processo de segregação socioespacial da região, uma vez que nas áreas de maior crescimento, por suas características, pode ter havido, ao contrário de décadas passadas, uma expansão da população de media e

alta renda. Os dados do recém-chegado Censo 2010 poderão esclarecer esta questão. No entanto, este tema foge ao escopo do presente trabalho.

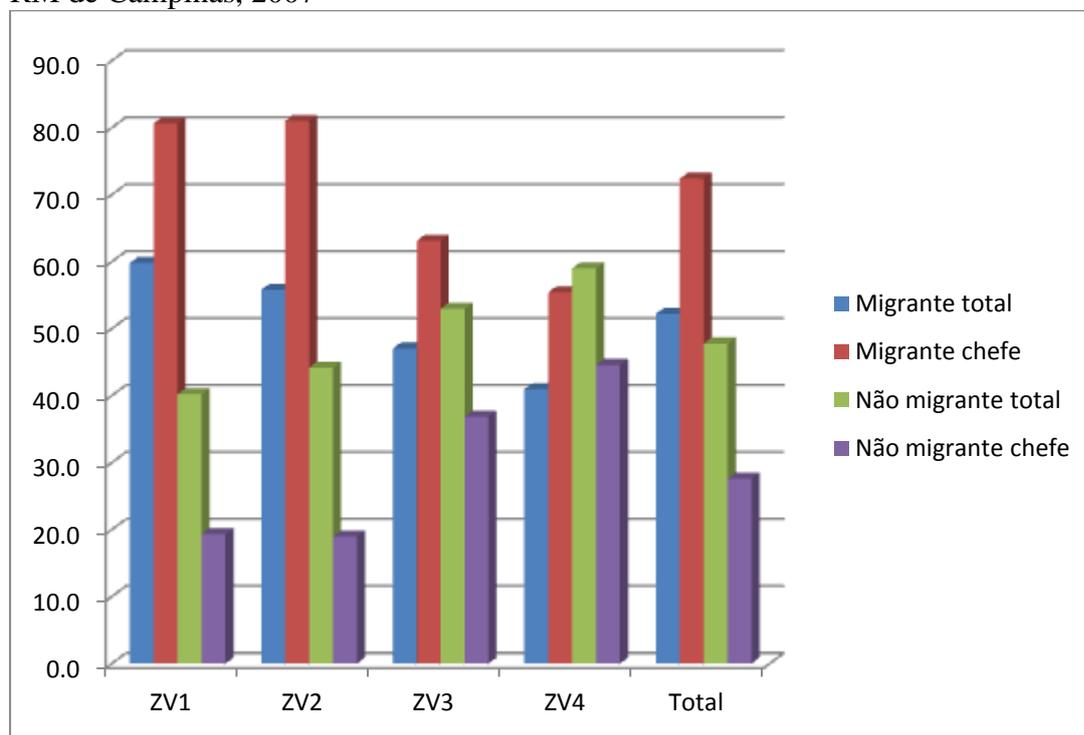
Com um crescimento demográfico tão intenso nos últimos trinta anos, não é de se estranhar que o componente migratório e seus condicionantes sejam os elementos preponderantes para se entender o processo de expansão e consolidação desta metrópole.

De fato, de acordo com os dados da pesquisa domiciliar realizada em 2007, mais de 50% da população na RMC era migrante, cifra que se incrementa ainda mais se consideramos apenas os responsáveis pelos domicílios, para os quais o percentual de migrantes ultrapassa os 70% (Gráfico 1). Esta diferenciação da forma de observar os dados é importante uma vez que no primeiro valor apresentado estariam computados também os filhos destes migrantes que nasceram no lugar de destino; o chamado “efeito indireto” da migração estaria assim “inflando” o peso relativo dos nativos na população residente.

Gráfico 1

População residente por condição migratória e situação de chefia do domicílio, segundo Zonas de Vulnerabilidade.

RM de Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

O Gráfico 1 permite também observar que a importância da migração é ainda maior nas áreas mais vulneráveis da região. De fato, como se percebe, os percentuais de migrantes

nas ZVs 1 e 2 são bem superiores à média da região. Embora as ZV, como já assinalado, não correspondam a uma determinada região na RMC, pode-se dizer que, de modo geral, estas se situam nas áreas mais distantes aos centros municipais. Ou seja, a migração parece ter papel central na formação das periferias municipais e, em particular, nas periferias mais pobres.

O peso da migração no crescimento demográfico regional pode ainda ser aferido pelos dados divulgados pela Fundação SEADE (2011) que mostram que, na RMC, nos anos 2000, 50,5% do incremento populacional foi devido às trocas migratórias estabelecidas com outras regiões. Embora menor que nos anos 90, quando este percentual era bem mais elevado (64,7%), e com menor intensidade (a taxa de migração líquida caiu de 1,6% a.a. para 0,9 a.a.), a migração líquida, mesmo assim, mostra-se significativa. Isso se justifica tanto pelo crescimento já mencionado de alguns municípios, quanto pelo fato de que, segunda as estimativas da Fundação SEADE, na década 2000/2010, a região obteve um ganho líquido de mais de 230 mil pessoas.

No entanto, observar a migração apenas como componente do crescimento demográfico, embora fundamental para se apreender a dinâmica demográfica regional, não é suficiente para se compreender toda sua importância e consequências sobre o processo de formação e expansão regional. Nesse sentido, conhecer a “natureza”³ do fenômeno não apenas permite que se especule sobre os condicionantes subjacentes, como também se obtenha um melhor conhecimento de seus impactos ou consequências sobre a região em termos da redistribuição e segregação socioespacial da população.

Assim, quanto a esse aspecto, estudos já realizados com base nos Censos Demográficos (CUNHA e OLIVEIRA, 2001, CUNHA et al., 2006b) permitiram destacar ao menos duas questões importantes: a primeira que registrava a maior importância da migração interestadual e intraestadual em detrimento da intrametropolitana no total dos migrantes registrados na região; a segunda referia-se ao incremento, nos anos 90, da migração proveniente do próprio Estado de São Paulo.

Ambos os aspectos foram corroborados pelos dados do survey analisados nesse estudo. De fato, como se observa na Tabela 2, dos migrantes captados e que declararam

³ Entende-se aqui como “natureza” da migração, a composição dos fluxos estabelecidos entre os municípios da RMC e outras áreas, estejam elas fora ou dentro da região, dos quais decorrem os ganhos ou perdas populacionais registradas. Desta forma, pode-se melhor apreender a complexidade do fenômeno e suas várias facetas dentro da região.

residência anterior⁴, 19,8% apresentaram residência prévia na mesma região metropolitana. Em contrapartida, mais de 45% destes declararam terem vindo do Estado de São Paulo⁵ e outros 45% de fora do estado.

Tabela 2
População imigrante por modalidade e tempo de residência
RM de Campinas, 2007 e 2010

Condição Migratória	Tempo de residência no Município			Censo Demográfico de 2010 (*)
	Menos de 10 anos	10 anos e mais	Total	
Imigrante externo outras Ufs	33,1	35,9	35,1	33,9
Imigrante externo SP	47,1	44,3	45,1	38,9
Imigrante intrametropolitano	19,8	19,8	19,8	27,1
Intrametrop.com origem externa	9,3	7,2	7,8	-
Intrametrop. com origem interna	10,5	12,6	12,0	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(1519)	(3742)	(5261)	

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007 e FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

(*) No caso do Censo Demográfico a informação é coleta apenas para migrantes com menos de 10 anos de residência. Não inclui “ignorado” que representam cerca de 12% do total.

A tabela 2 ainda mostra que, em termos do tempo de residência, as diferenças são pequenas; na verdade por serem derivados de uma amostra, poder-se-ia dizer que os dados sugerem que não haveria diferenças estatisticamente significativas entre o perfil da migração segundo essa característica⁶. Além disso, os dados recentemente divulgados do Censo Demográfico de 2010 mostram que o perfil observado em 2007 pela pesquisa domiciliar não se modificou sobremaneira, muito embora o aumento da importância da migração intrametropolitana seja coerente com as tendências anteriormente mencionadas em termos do

⁴ O percentual de não declaração atingiu 20% para o total dos migrantes, sendo menor para os migrantes recentes (12%).

⁵ Os dados também revelam que destes cerca de 22% apresentam última residência na Região Metropolitana de São Paulo.

⁶ Segundo os dados da pesquisa domiciliar os migrantes com menos de 10 anos de residência correspondem a 25,2% do total de migrantes identificados na RMC; os outros três quartos correspondem aos migrantes com 10 anos ou mais de residência.

crescimento demográfico regional (em franco declínio) e de alguns municípios metropolitanos (com altas taxas).

Esse perfil da migração reflete um caráter peculiar da RM de Campinas⁷, onde mesmo os municípios ditos periféricos têm na migração externa um dos principais componentes de seus crescimentos. No entanto, o que mais chama a atenção é o segundo aspecto, ou seja, o predomínio da origem da migração dentro do próprio Estado, fato que reflete o papel da RMC como uma das principais áreas de desconcentração não apenas econômica, mas demográfica do Estado de São Paulo.

É interessante notar ainda que mesmo considerando apenas os dados relativos aos municípios periféricos (ou seja, eliminando Campinas que poderia a princípio interferir no peso relativo da migração intrametropolitana por ser o grande centro regional), ainda assim o peso relativo da migração intra-regional pouco se altera, passando dos 18% registrados na Tabela 2 para cerca de 24%.

Como demonstrado em outro estudo (CUNHA, 2011), do ponto de vista das características da migração essa predominância dos movimentos populacionais provenientes de fora de região tem algumas implicações tanto no que se refere à trajetória dos migrantes como também nas motivações (individuais) que levaram a tais deslocamentos.

Ainda sobre este aspecto é interessante observar o perfil da migração por Zonas de Vulnerabilidade, já que nos permite indicar se existem diferenças socioespaciais em termos das modalidades de migração na região (Tabela 3).

Como fica claro, as zonas mais vulneráveis de região são aquelas com maior proporção de migrantes; de fato, nas ZV1 e ZV2 são observados os menores percentuais de “não migrantes”. Outra questão que chama a atenção é a maior importância da migração com origem em outras Unidades da Federação, especialmente na ZV1. Esse dado sugere que as “periferias sociais” da região são as mais procuradas por estes migrantes. De fato, ao analisar o dado a partir de outra perspectiva, ou seja, ao averiguar quantos migrantes de cada modalidade de migração residem em cada ZV (dados não apresentados), constatou-se que mais de 75% dos migrantes com origem fora do Estado de São Paulo encontram-se residindo nas ZV 1 (16%) e ZV (59%). Vale lembrar que a ZV1 correspondia a menos de 9% da população regional no momento da pesquisa. É interessante notar ainda que a importância de migração

⁷ Ao menos com relação à principal região metropolitana do País, a RM de São Paulo, onde a migração intrametropolitana atinge proporções muito mais importantes nos municípios periféricos (Cunha, 1996).

na formação das periferias regionais também foi destacada em estudo realizado para a Região Metropolitana de São Paulo (TORRES, 2005).

Tabela 3

População residente por condição migratória, segundo Zonas de Vulnerabilidade. RM de Campinas, 2007

Condição Migratória	Zonas de Vulnerabilidade				
	1	2	3	4	Total
Não migrante	40,2	44,2	53,0	59,0	47,8
Migrante externo outras Ufs	32,0	20,7	10,2	18,3	18,3
Migrante externo SP	17,8	23,2	27,1	19,0	23,5
Migrante intrametropolitano	10,0	11,8	9,7	3,7	10,3
intramet. origem externa	5,8	5,0	2,8	1,2	4,1
intramet. origem interna	4,2	6,8	6,9	2,5	6,3
Total	100,0 (1695)	100,0 (1548)	100,0 (1314)	100,0 (704)	100,0 (5261)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007 e FIBGE, Censo Demográfico de 2010.

III. As principais características da migração na RMC

Como já mencionado, observar as características sócio-demográficas da migração de uma região não apenas lança luzes para o melhor conhecimento e compreensão da população e de sua redistribuição no território, como também, e talvez o mais interessante, permite que certas inferências sobre os condicionantes e conseqüências subjacentes ao fenômeno. De fato, estes dados, mais que elemento descritivos do perfil da migração, são informações que, via de regra, nos sugerem ou nos alertam para processos e fatores que estariam por detrás destes deslocamentos.

Nesse estudo optamos por analisar algumas características que consideramos chaves para se perceber as peculiaridades desses movimentos, sobretudo quando considerados segundo distintas modalidades e locais de residência. São elas: idade, sexo, tipo de arranjo doméstico, idade média do casal e categorias sócio-ocupacionais, motivos da migração, condições de vida.

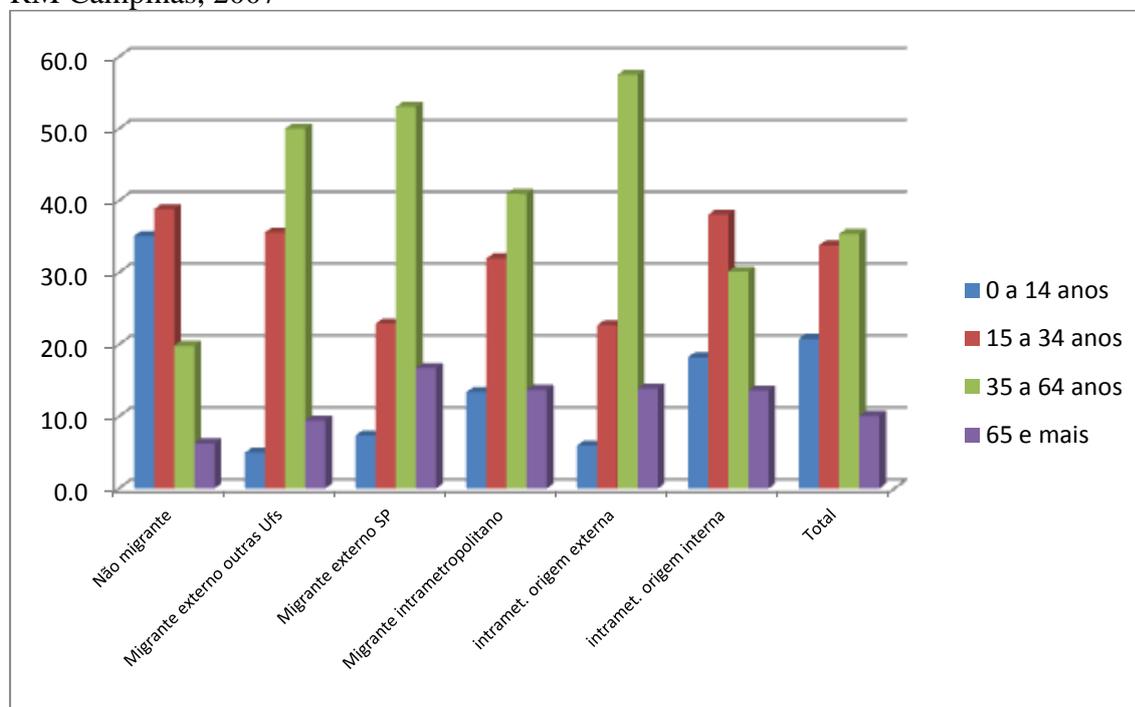
No que se refere à idade, o Gráfico 2 deixa muito claro a seletividade da população migrante na medida em que, ao contrário do que ocorre na população total e, sobretudo, na população não-migrante, a participação de crianças menores de 14 é bem inferior. Deve-se

lembrar novamente que na população não-migrante certamente estão presentes os efeitos “indiretos” da migração o ajudaria a entender a grande proporção de crianças.

Chama a atenção também a maior participação de crianças entre os migrantes intrametropolitanos, em especial, aqueles que nasceram na região, o que sugere a maior incidência de famílias com filhos menores. Na verdade, a estrutura etária desses migrantes é a que mais se assemelha à média regional e, portanto, apresenta a menor seletividade. Também é digna de nota a forte concentração da migração entre os 15 e 64 anos para os migrantes com origem fora da região⁸.

Gráfico 2

População por grupos etários, segundo condição migratória
RM Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

As importantes diferenças entre migrantes e não migrantes observadas em termos da distribuição etária não são repetidas com relação à composição por sexo. Nesse caso, para cada uma das condições migratórias, a distribuição é bem próxima daquela observada para a população total: 47,5% de homens e 52,5% de mulheres.

⁸ Não é demais lembrar que estes dados se referem à idade no momento da pesquisa e, portanto não correspondem exatamente à composição da migração no momento da chegada ao destino. Isso somente seria possível saber ao se descontar o tempo de residência do indivíduo. Contudo, estes dados não deixam dúvida sobre o que se pretende mostrar, ou seja, o caráter seletivo da migração.

Embora pequenas, algumas diferenças são observadas quanto à variável tipo de família. Como mostra a Tabela 4, os migrantes intrametropolitanos apresentam mais arranjos do tipo “monoparental” que as demais categorias, assim como acontece com os migrantes externos provenientes de outras UFs com relação à categoria “casal com filhos menores de 18 anos”. Outra característica que chama a atenção com relação aos migrantes intrametropolitanos é sua menor proporção de arranjos onde se observam a presença de filhos maiores de 18 anos.

De qualquer maneira, os dados aqui analisados não são conclusivos sobre a existência de diferenças marcantes segundo condição migratória, fato que de certa forma, não corrobora o que foi observado em estudos realizados para a Região Metropolitana de São Paulo (CUNHA, 1994 e 1996 e ANTICO, 2003), nos quais se destacava a maior predominância de famílias com filhos entre os intrametropolitanos, característica que se mostrava coerente com as principais motivações (a questão habitacional) desse tipo de movimento.

Tabela 4
Responsáveis por domicílios, por condição migratória, segundo tipo de arranjo doméstico.
RM Campinas, 2007

Condição Migratória	Tipo de arranjo doméstico						Total
	Unipessoal	só casal	Casal com filhos menores de 18 anos	Casal com filhos maiores de 18 anos	Monoparental	Outros	
Não migrante	18,5	19,7	32,4	15,2	13,1	1,1	100,0 (359)
Migrante externo outras Ufs	10,9	19,6	39,6	14,0	13,7	2,1	100,0 (303)
Migrante externo SP	10,4	26,3	31,4	22,6	9,1	0,1	100,0 (348)
Migrante intrametropolitano(*)	15,7	21,1	33,8	11,8	17,6	0,0	100,0 (133)
Total	13,6	22,1	34,0	17,0	12,5	0,8	100,0 (1143)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

(*) nesse caso não foi possível desagregar entre externos e internos em função da amostra.

É bem verdade que, como já mostrado na primeira parte desse estudo, o caráter da migração na RMC é diferenciado uma vez que suas periferias têm na migração externa um importante componente. Isso talvez ajude a compreender o porquê da migração intrametropolitana possuir um caráter distinto daquela observada em outras regiões

metropolitanas, em particular a de São Paulo. Sabe-se que as dificuldades da população para estabelecer-se na sede regional - o município de Campinas - em função de sua legislação restritiva para a criação de loteamentos populares (CAIADO e SILVÉRIO, 2006), vêm de décadas o que, certamente explica em parte esta situação⁹. A análise mais detalhada do Censo 2010 recém-divulgado certamente nos dará novas pistas sobre essa questão.

Assim como no caso da estrutura etária, a condição migratória faz diferença ao se analisar o ciclo vital das famílias. De fato, os dados da Tabela 5 mostram que os migrantes externos provenientes de outras UFs são bem diferentes das outras categorias, já que se concentram muito mais na fase de consolidação da família, enquanto as demais tendem a apresentar maior concentração de arranjos familiares na fase de fragmentação. No caso da fase inicial do ciclo vital não existem diferenças significativas.

Tabela 5
Idade média do casal das famílias dos responsáveis pelo domicílio, classificados por condição migratória.
RM de Campinas, 2007

Condição Migratória	Idade média do casal(*)			
	Menos de 35	35 e 49	50 ou mais	Total
Não migrante	21,2	30,1	48,7	100,0 (461)
Migrante externo outras Ufs	21,2	39,3	39,5	100,0 (439)
Migrante externo SP	17,6	28,7	53,7	100,0 (471)
Migrante intrametropolitano	16,0	33,8	50,1	100,0 (176)
intramet. origem externa	16,5	34,0	49,5	100,0 (105)
intramet. origem interna	15,5	33,6	50,9	100,0 (71)
Total	19,3	32,5	48,2	100,0 (1547)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

(*) quando família uniparental considera-se apenas a idade do responsável.

Ou seja, segundo as variáveis demográficas até agora analisadas percebe-se que existem algumas diferenças relevantes entre os distintos tipos de migrantes e destes com relação aos não-migrantes. Na verdade, estes últimos, embora muito distintos em termos da sua estrutura etária (que contempla muito mais crianças), não diferem significativamente dos migrantes intrametropolitanos em termos dos arranjos domésticos e o ciclo vital. Esse

⁹ E certamente também explica as mais de uma centena de ocupações no município.

resultado permite refletir sobre um aspecto que pode afetar a vida das pessoas e desses migrantes em particular: a experiência prévia na metrópole que pode ter consequências decisivas sobre suas condições de vida (CUNHA, 2011).

É bem verdade que as características até aqui analisadas, em particular o ciclo vital, devem estar influenciadas pelo tempo de residência do migrante. Infelizmente, por razões amostrais não foi possível realizar esta análise desagregando os migrantes chefes de domicílio segundo este variável. No entanto, a exploração destes dados sugere que, mesmo levando em conta o maior erro amostral, aparentemente não haveria grande diferença dos resultados obtidos para o total dos migrantes. Contudo, uma resposta mais conclusiva somente poderá ser obtida pela análise dos dados censitários que já começou a ser realizada e deverá complementar o presente estudo em breve.

Uma variável que permitiria conhecer um pouco mais sobre as especificidades da migração na RMC diz respeito às motivações ligadas a estes deslocamentos. Obviamente um dos principais motivos declarados pelos chefes de domicílios para deixarem os seus municípios de residência anterior foi o trabalho, no entanto, é possível perceber que, no caso da migração intrametropolitana, outro motivo aparece com mais frequência: a questão habitacional ou de moradia¹⁰. Esse resultado encontra-se em consonância com achados para outras RMs, muito embora, ainda o percentual das questões habitacionais não seja tão elevado mostrando a força do motivo laboral.

¹⁰ As possibilidades englobadas nessa categoria são: a falta ou condições inadequadas de moradia e valor do aluguel. Por outro lado, é interessante notar que os motivos para a escolha do município de residência atual (também levantados na pesquisa) são um tanto distintos mais associados aos anteriores: preços de imóveis (casa ou terreno) ou aluguéis mais baratos.

Tabela 6

Responsáveis pelo domicílio por condição migratória e motivos da saída do município de residência anterior.

RM de Campinas, 2007

Modalidade de Migração	Motivo de sair do município anterior				Total
	Trabalho	Moradia	acompanhar família	Outro	
Migrante externo outras Ufs	44,9	5,5	46,2	3,4	100 (325)
Migrante externo SP	45,8	6,5	43,8	3,9	100 (288)
Migrante intrametropolitano	45,5	18,4	36,1	0,0	100 (123)
Total	28,3	14,0	53,4	4,3	100 (746)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

Deve-se notar, no entanto, que outra motivação aparece com elevado percentual: “acompanhar a família”. Na verdade mesmo considerando que estamos analisando apenas o chefe de domicílio é fácil perceber que este resultado revela a situação destes chefes no momento da migração, ou seja, quando muitos deles ainda não tinham esta condição e coabitavam com suas famílias de origem. Ou seja, esse percentual de “acompanhar a família” é claramente falacioso já que a grande maioria dos que assim respondem apresentam tempo de residência no município bem superior a 10 anos.

Tal observação leva a concluir que, de fato, a grande motivação para a migração na RMC, seja aquela proveniente de outras regiões, ou mesmo a intrametropolitana diz respeito à questão do trabalho, muito embora, como se comentou, no caso desta última modalidade a questão habitacional seja significativa. Talvez esta característica da RMC ajude a entender o porquê dos perfis por tipo de arranjo familiar e ciclo vital não mostrarem grande especificidade dos movimentos internos como se esperaria baseado em experiências com outras metrópoles.

De qualquer maneira, a migração intrametropolitana não deixa de apresentar suas especificidades, sobretudo, levando em conta que o maior conhecimento da área pode implicar em vantagens relativas em comparação com os demais migrantes. Embora de forma indireta, a Tabela 7 sugere esta questão na medida em que mostra que são justamente os migrantes intrametropolitanos aqueles que menos se moveram no interior dos municípios de residência no momento de pesquisa.

Tabela 7

Responsáveis pelo domicílio por condição migratória, segundo número de mudanças de bairro dentro do município de residência atual
RM de Campinas, 2007

Condição Migratória	Número de mudanças intra-municipais					
	0	1	2	3	4+	
Não migrante	13,8	23,5	33,1	19,4	10,1	100 (441)
Migrante externo outras Ufs	19,7	24,2	28,8	15,7	11,7	100 (432)
Migrante externo SP	17,8	31,3	24,6	15,0	11,2	100 (464)
Migrante intrametropolitano	26,6	35,6	15,6	16,1	6,2	100 (172)
Total	18,3	27,9	26,8	16,5	10,4	100 (1509)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

De fato, mais de um quarto desses migrantes declaram não ter se mudado de bairro depois da chegada no município de residência atual, valor superior aos dos demais residentes na região, em especial os não-migrantes. Ou seja, é muito provável que tal resultado revele que o caráter mais “definitivo” desse tipo de movimento possa estar relacionado com a vivência anterior na região e até mesmo os ativos acumulados ao longo dessa experiência¹¹.

E o que dizer das características socioeconômicas e suas especificidades segundo a condição migratória? Se os indicadores demográficos, com exceção da idade, não foram suficientemente elucidativos para revelar as especificidades de cada situação migratória, a diferenciação segundo estrato social deixa isso muito mais claro.

Em primeiro lugar, salta aos olhos o fato de que bem mais da metade dos migrantes, independentemente de sua modalidade, encontravam-se, no momento da pesquisa, nas categorias de trabalhadores manuais, desempregados ou em condições precárias (cerca de 60%). A Tabela 8 ainda revela que o migrante intrametropolitano aparece em piores condições tanto em relação aos não-migrantes quando aos migrantes externos, uma vez que apresenta percentual bem superior de “desempregados ou em condições de trabalho precário”. De mesma forma, estes migrantes apresentam menor percentual de trabalhadores não-manuais e também um percentual bem inferior nas categorias mais elevadas da escala social.

¹¹ É bom não esquecer que parte dos migrantes intrametropolitanos é composta por nativos o que, a princípio, daria ainda mais facilidades em função do melhor conhecimento da região e das redes sociais das que pode lançar mão.

Tabela 8
 Responsáveis pelo domicílio por condição migratória, segundo categoria sócio-ocupacional
 RM de Campinas, 2007

Condição Migratória	Categoria sócio-ocupacional						Total
	Desempregados ou em condições precárias	Capitalistas, executivos, administradores e profissionais liberais	Microempresários	Trab. manuais	Trab. não manual	Não determinada	
Não migrante	7,9	10,0	20,4	45,1	14,9	1,7	100,0 (325)
Migrante externo outras Ufs	8,5	6,0	21,8	52,6	9,8	1,3	100,0 (340)
Migrante externo SP	7,7	8,3	24,0	49,9	9,5	0,5	100,0 (302)
Migrante intrametropolitano	16,8	5,7	19,5	50,1	6,0	1,9	100,0(122)
Total	9,1	7,8	21,8	49,3	10,7	1,2	100,0(1089)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP-FAPESP/CNPq, 2007

(*) nesse caso não foi possível desagregar entre externos e internos em função da amostra.

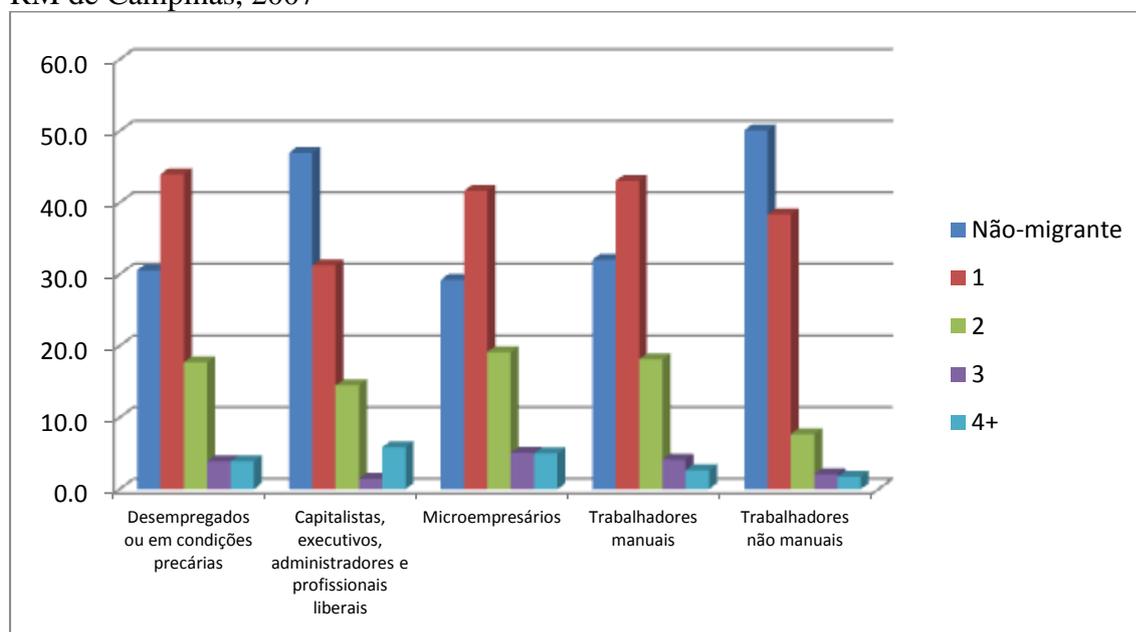
É interessante notar que também há uma clara diferenciação entre o grau de mobilidade dos residentes na RMC segundo a sua posição na estrutura social. Como se nota no Gráfico 3, o perfil de mobilidade espacial entre os trabalhadores “não-manuais” é bem diferente dos “manuais” e “desempregados ou precariamente empregados”, já que estes últimos apresentam maior mobilidade intermunicipal. Também apresentam menor mobilidade as pessoas no topo da pirâmide social, muito embora registrem proporção significativa na categoria “4 ou mais” municípios de residência anterior, fato que pode estar relacionado às características do tipo de ocupação que estes desenvolvem, em particular os altamente qualificados.

A situação mais desfavorável dos migrantes, particularmente aqueles com origem fora do Estado de São Paulo fica bem caracterizada na Tabela 9 onde se percebe que estes não apenas apresentam condições domiciliares inadequadas em maior proporção, como também maior concentração de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Esta condição é muito mais visível se comparada à dos não-migrantes, já que também os intrametropolitanos, embora melhores em termos habitacionais, também apresentam forte incidência de pobreza.

Gráfico 3

População residente economicamente ativa por número de municípios onde morou e categoria sócio-ocupacional.

RM de Campinas, 2007



Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

Obs: exclui categoria “não-determinada”

Tabela 9

Chefes de domicílio por condição migratória segundo condições habitacionais e de pobreza
RM de Campinas, 2007

Condição Migratória	Condições Habitacionais			Condição de Pobreza		
	Domicílios satisfeitos	Domicílios NBI	Total	Não pobre	Pobre	Total
Não migrante	85,5	13,2	100,0 (458)	83,6	16,4	100,0 (357)
Migrante externo outras Ufs	79,0	20,6	100,0 (436)	67,9	32,1	100,0 (312)
Migrante externo SP	86,3	13,6	100,0 (470)	75,4	24,6	100,0 (332)
Migrante intrametropolitano intramet. origem	87,9	12,1	100,0 (176)	69,0	31,0	100,0 (121)
externa	87,2	12,8	100,0 (105)	65,6	34,4	100,0 (75)
interna	88,8	11,2	100,0 (71)	73,4	26,6	100,0 (49)
Total	84,4	15,1	100,0 (1540)	75,2	24,8	100,0 (1125)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

Esse resultado sugere e reforça o argumento sustentado nesse trabalho de que, mesmo majoritariamente na condição de pessoas de baixa renda e, em grande medida, motivados

pelas ofertas laborais e habitacionais na periferia da região, os migrantes intrametropolitanos parecem beneficiar-se da “experiência prévia” na metrópole para, por exemplo, aceder a melhores condições de moradia se comparados aos migrantes provenientes de outros estados que, como foi mostrado, em sua maioria se alocam diretamente nas periferias. Coerentemente com a ideia da importância da “experiência” metropolitana, os mesmos dados permitem notar que os migrantes internos com origem fora da RMC parecem estar em pior situação financeira que aqueles que nasceram na região.

Logicamente que essa condição espelha, em muitos sentidos, o tempo de residência das pessoas na região. De fato, os dados dão conta de que a proporção de pobres ou de pessoas em condições inadequadas em termos habitacionais é bem maior para os migrantes com menor tempo de residência (Tabela 10). No entanto, os dados da pesquisa revelam que o perfil dos migrantes segundo modalidades por tempo de residência não é muito distinto o que leva a concluir que um possível efeito de composição deveria ser descartado. Ou seja, não haveria motivos para se pensar que a condição de pobreza de migrantes externos ou intrametropolitanos fosse devido à maior concentração nessas categorias de migrantes mais recentes.

Tabela 10
População migrante por tempo de residência no município, segundo condições de pobreza e habitacionais.
RM de Campinas, 2007

Tempo de residência no município	Linha de Pobreza (*)			Necessidades Básicas		
	Não pobre	Pobre	Total	Domicílios NBS	Domicílios NBI	Total
Menor que 10 anos	55,9	44,1	100 (616)	74,1	25,9	100 (853)
10 anos ou mais	71,8	28,2	100 (1266)	83,4	16,6	100 (1858)
Total	67,2	32,8	100 (1882)	80,8	19,2	100 (2711)

Fonte: Pesquisa domiciliar Projeto Vulnerabilidade. NEPO/UNICAMP- FAPESP/CNPq, 2007

Considerações finais

Uma das lições que podemos retirar desse estudo é que embora do ponto de vista da morfologia, os processos de expansão das regiões metropolitanas ou grandes aglomerações urbanas do Brasil apresentem características similares, aparentemente o mesmo não se pode

dizer sobre os processos migratórios subjacentes e sobretudo sobre suas causas e consequências.

Ou seja, mesmo considerando que fenômenos como a expansão de sua mancha urbana, o surgimento e consolidação de periferias “pobres” e “ricas” e a consequente redistribuição e segregação socioespacial da população estejam presentes em todas estas áreas, ao que tudo indica, não é possível se pensar que os processos migratórios envolvidos sejam similares.

O caso de Campinas, por exemplo, contrasta de certa maneira com o que o autor conhecia sobre a Região Metropolitana de São Paulo em vários sentidos, mais especialmente com relação à composição da migração dos seus municípios em termos das origens e também, talvez em função disso, das características dos seus migrantes.

Claro está que os fatores condicionantes da migração para estas áreas - questão não considerada nesse estudo - certamente poderiam ajudar a explicar tais diferenças. Particularmente no caso de Campinas, sua condição estratégica de principal polo de atração (e tecnológico) do interior do Estado, por um lado, e elementos ligados à legislação (zoneamento) e ao seu mercado imobiliário, por outro lado, poderiam nos ajudar a compreender suas especificidades.

Nesse sentido, as características e complexidade da mobilidade espacial da população observada na região sugerem a importância não apenas do dinamismo econômico regional para se compreender o seu processo de formação, expansão e consolidação. Na verdade, a pequena participação da migração intrametropolitana nesse processo, não obstante seu crescimento nos anos 2000, mostra que também as especificidades da legislação do uso do solo tem papel decisivo.

Além disso, os dados aqui analisados sugerem que a “experiência prévia” da metrópole se não é capaz de resolver todos os problemas sociais ao menos parece permitir que a questão habitacional seja mais bem equacionada. De fato, mesmo apresentando condições mais precárias em termos de sua inserção sócio-ocupacional os migrantes intrametropolitanos apresentaram melhores condições habitacionais. Cumpre, portanto, investigar melhor os mecanismos que levam a isso, em particular aqueles ligados ao papel das redes sociais e políticas públicas e, claro, a implicações em termos do grau de vulnerabilidade social dos migrantes.

Um ponto importante também a ser destacado é o papel da migração para a formação e crescimento de algumas áreas de região. Assim como em outras áreas do país, a periferia mais pobre da RMC é fortemente composta por migrantes, boa parte deles sem experiência na região e, portanto, com vários tipos de necessidades em função não apenas à sua condição

social, mas também pela carência de infraestrutura dos locais onde residem e, certamente pela falta capital social representado tanto pelas relações sociais existentes, quanto pela ausência ou menor atenção por parte do poder público.

Acreditamos que esse texto, ainda descritivo, abre caminhos para melhor compreender a complexidade da migração que experimenta uma região de tantas possibilidades como Campinas. Infelizmente os dados utilizados, embora ricos do ponto de vista das alternativas de visualização do fenômeno, precisam ser complementados não apenas por pesquisas qualitativas, mas também por um conjunto mais robusto que permita olhar não apenas mais detalhadamente para as características dos migrantes, mas também para os comportamentos dos municípios componentes.

Esta é uma tarefa em aberto que já vem sendo desenvolvida.

Bibliografia

AZEVEDO, S.J.S. , Segregação e Oportunidades de Acesso aos Serviços Básicos de Saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano. 2009. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

CAIADO, M.C. e PIRES, M.C.S.; Campinas Metropolitana: transformações na estrutura urbana atual e desafios. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). Novas metrópoles paulistas: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. pp.275-304.

CUNHA, J.M.P., OLIVEIRA, A. A. B. População e Espaço Intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D.J; BAENINGER, R.; CUNHA, J.M.P. da; CARMO, R.L. (Org.). Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p.351-393.

_____; JAKOB, A.A.E; HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.143-168.

_____; JAKOB, A.A.E; JIMENEZ, M.A.; TRAD, I.L. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.p.337-363.

_____; JIMENEZ, M. A.; Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. 1, Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006. p.365-398.

_____. Mobilidade populacional e expansão urbana: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Campinas, 1994. 283f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

FERES, JC, MANCERO, X, El método de las necesidades básicas insatisfechas y sus aplicaciones em America Latina, Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos, vol 7, p.17, CEPAL/ ECLAC, Santiago de Chile, 2001.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.63, 2002.

KOWARICK (1991) Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação SEADE, 5(2):2-8, p. 2-8, abr./jun.1991.

Lago, L.C. Estruturação urbana e mobilidade espacial: uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrópole do Rio de Janeiro. São Paulo, 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, 2000.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NEPO/NESUR/UNICAMP. Campinas metropolitana: diversidades sócio-espaciais. Campinas, 2004. Disponível em: <http://www.nepo.unicamp.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=313&nivel=0>. Acessado em: maio de 2012. (Atlas).

PORTES, A.; HOFFMAN, K. Latin American class structures: Their composition and change during the neoliberal era. *Latin American Research Review*, v. 38, No. 1, February 2003, p.41-82, 2003.

RIGOTTI, J.I. e RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. Anais... Belo Horizonte: ABEP, 1994.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUES, M. Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos. São Paulo, 2009, 119f. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SOBREIRA, D.P.; CUNHA, J.M.P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. *Anais...*, XII Encontro Nacional da ANPUR. Belém, Pará, 2007.

TORRES, H. A Fronteira Paulistana. In: MARQUES, E.; _____. São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac, 2005

_____; et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n. 47, 2003.

_____; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperferiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, n.4, 2001.